

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

DEISE MIKI KIKUCHI

**POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER EM
SUZANO/SP: A CONCEPÇÃO DOS
GESTORES**

Campinas
2008

DEISE MIKI KIKUCHI

**POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER
EM SUZANO/SP: A CONCEPÇÃO
DOS GESTORES**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) apresentado à Faculdade de
Educação Física da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do
título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia Cristina Franco Amaral

Campinas
2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

K55p	<p>Kikuchi, Deise Miki. Política pública de lazer em Suzano/SP: a concepção dos gestores / Deise Miki Kikuchi. -- Campinas, SP: [s.n], 2008.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: Silvia Cristina Franco Amaral. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.</p> <p style="text-align: center;">1. Políticas públicas. 2. Lazer. I. Amaral, Silvia Cristina Franco. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.</p>
------	---

Título em inglês: Public Policy of leisure in Suzano/SP: the gestore's conceptions.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Public policy; Leisure.

Banca Examinadora: Lino Castellani Filho; Silvia Cristina Franco Amaral.

Data da defesa: 27/11/2008.

DEISE MIKI KIKUCHI

**POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER EM SUZANO/SP: A
CONCEPÇÃO DOS GESTORES**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) defendido por Deise Miki Kikuchi e aprovado pela Comissão julgadora em: 27/11/2008.

Silvia Cristina Franco Amaral
Orientador

Lino Castellani Filho

Campinas
2008

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos aqueles que fizeram tornar possível esse trabalho.

Agradecimentos

Agradeço a Silvia, minha orientadora, que como uma mãe ensina seu filho a caminhar, me ensinou a percorrer no caminho acadêmico, de formas a aumentar meu repertório de vida. Por acreditar nesta aluna tímida, que no começo da faculdade via por olhos de incertezas.

Agradeço ao Grupo de Estudos que me acolheu e acreditaram em minhas potencialidades nesse meio, especialmente Ana Paula, Ana Vilhena, Pintor, Henrique, Gustavo, Carol, Juliane

Agradeço ao Lino, professor a quem respeito e tenho muita admiração. Obrigada por fazer parte da banca examinadora

Agradeço a Havana, minha casa de Campinas, que compartilhei durante os últimos anos de muitas alegrias, festas, algumas tristezas, e principalmente muita união. Especialmente Ciba, por mostrar a sincera amizade e ajudar neste trabalho árduo. Miguita pelo companheirismo e amizade que prezo muito. Motta, a quem posso confiar e ter sempre a sua lealdade. Silvia, que mesmo longe ainda penso em nossa amizade e pela convivência nos primeiros anos de faculdade. Gustavo e Namoradinho pela ajuda e apoio que sempre solicitei. Pelo companheirismo, amizade e muita paciência de Mari, Lídy, Claudinha, Ju, Tiagão, Rapha, Bruno, Manuel, Alejandro, Rafa Cantor, Jesus, Fredy, Tati, Vinícius, Che, Joyce....

Pelos amigos e colegas que fiz na faculdade especialmente Janir, PH, Derci, Lucas, Paulo, Dente, Liu, Ricardinho, Rio Preto..... muitas pessoas...

Minha família, mamãe que admiro muito pela paciência e esforço que tem para com seus filhos, papai por acreditar na filha, Mika por ser essa mulher guerreira a quem admiro muito e me orgulho em tê-la como irmã, a Gi que é a minha estrelinha da alegria, Jaime pelas ajudas sempre oportunas que solicitei... Hanah que me traz alegria a cada volta que fazia à Suzano ... Amo todos vocês.

KIKUCHI, Deise Miki. **Política Pública de Lazer em Suzano/SP**: a concepção dos gestores. 2008. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RESUMO

Quando pensamos no que fazer no tempo livre, podemos encontrar várias respostas. Porém como aproveitar esse tempo nos dias atuais, usufruindo esse direito dos tempos modernos? Quais as formas viáveis para a utilização de espaços públicos e disponíveis numa cidade? Como gerar uma igualdade na utilização desses recursos para os habitantes? Como os espaços e equipamentos de lazer vêm se estruturando para a população? São feitas pesquisas a respeito da utilização desses espaços? Estes questionamentos iniciais fizeram-me pensar nas políticas públicas da Cidade de Suzano, buscando compreender a concepção de lazer dos seus gestores, e como esses procuram garanti-lo à população. Para isso, dialogo com diferentes concepções de lazer e diferentes concepções de políticas públicas. A pesquisa é descritiva, analisando a concepções dos gestores da Cidade de Suzano, por meio de entrevistas e do estudo de documentos como a Lei Orgânica do Município de Suzano e o Plano Diretor Participativo Municipal. A partir desses dados, procuro responder quais são as concepções de lazer e as direções ideológicas da política na Cidade de Suzano, buscando perceber se o lazer é concebido ou não como um direito social.

Palavras-Chaves: Políticas Públicas; Lazer; Suzano.

KIKUCHI, Deise Miki. **Public Policy of Leisure in Suzano/SP: the gestor's conceptions**. 2008. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ABSTRACT

When we think about what to do in our free time, we can find several answers. However, how can we enjoy this time nowadays, taking advantage of this modern times' right? Which the viable forms for the use of spaces public and available in a city? Wich are the ways to use public spaces available in a city? How to dispose these available spaces equally to the whole population? How these spaces - and equipments contained in them - have been strutured so that population can use them? Have inquiries been done about the use of these spaces? These initial questions made me think about the public politics of the City of Suzano, trying to understand the leisure conception of its gestors, and how they try to guarantee leisure to the population. Being so, I study different conceptions of leisure and public politics. The research is descriptive, analysing Suzano City's gestor's conceptions by interviews and by the study of documents such as the Lei Organica do Municipio de Suzano* and the Plano Diretor Participativo Municipal**. From this database, I try to figure out which are the conceptions of leisure and the ideological directions of Suzano City's politics, trying to realize if leisure is conceived or not as a social right.

Keywords: Public Policy; Leisure; Suzano

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CM	Câmara Municipal
CMD	Conselho Municipal de Desporto
FEF	Faculdade de Educação Física
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOMS	Lei Orgânica do Município de Suzano
OP	Orçamento Participativo
PDPM	Plano Diretor Participativo Municipal
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 Introdução	10
2 Políticas públicas	15
3 A historicidade da política pública de lazer.....	22
4 Suzano.....	26
5 As concepções dos gestores.....	36
6 Conclusões	40
Referências Bibliográficas	42
Anexos	44

1 Introdução

(...) a verdade total é imutável, portanto eterna, enquanto que a verdade parcial é variável, portanto ligada a um tempo determinado. Este ponto de apoio é no entanto frágil, porque a 'relatividade' não significa aqui que a verdade se refira ao tempo e ao lugar (em algumas circunstâncias este juízo é verdadeiro; em outras é falso), mas indica unicamente que o conhecimento humano é cumulativo, que se desenvolve no tempo e que esse desenvolvimento é acompanhado por uma mudança das verdades formuladas como resultado desse conhecimento. (SCHAFF, 1987, p. 95)

Com essas palavras dedico-me a escrever sobre a minha verdade: pensada e vivida. Essa verdade refere-se ao que acredito, no que tem se criado com o processo de aprendizagem e toda a construção histórica da sociedade em que vivo. Inicia-se com a minha existência e amadurece durante a minha vida acadêmica, onde minha identidade foi e é configurada. Estabelece limites pelas leituras da realidade, porém, passíveis de serem ampliadas, conforme a minha formação humana, crescente de conhecimento e vivências do mundo. Admita-se, e admito, mudanças nesses rumos, mas também me restrinjo aos ajustes da sociedade onde vivo.

Partindo deste pano de fundo é que me aproximei de alguns temas de interesse, um deles foi o lazer.

A partir do interesse no campo de lazer, durante a graduação, observei e relatei esse tema com a realidade de minha cidade natal, Suzano¹. Pois, desde o meu ingresso na Universidade, distanciei-me dessa terra, não participando muito de suas atividades cotidianas. Durante esse tempo de idas e vindas a Suzano, notei mudanças na estruturação urbana a cada volta que fazia aquela Cidade, e observei alguns progressos que ocorriam, principalmente no aumento do número de espaços destinados ao lazer para seus habitantes. Deste modo, algumas indagações começaram a surgir no campo do lazer, instigando-me a pensar em como seria a atuação nas políticas governamentais de uma cidade. Pensava em como deveria ser a visão de um gestor e como o cidadão recebe e percebe tais ações.

Nessa relação, de cidadão e poder público, acometeu-me questionar sobre a cidadania. No início desta pesquisa de monografia, ao nortear o tema principal do estudo, ainda

¹ Município da Região Metropolitana de São Paulo, localizada na Zona Leste do Estado.

não muito evidente na época, tinha uma concepção de cidadania bem superficial, podendo até afirmar que a definição do termo cidadão não estava clara para mim.

Desenvolvendo este estudo, penso em contribuir para uma reflexão da participação do poder público e da participação política da sociedade, essa última agindo como um governante em potencial. (CANIVES, 1991, p.31). Ser um cidadão não apenas é ter seus direitos e respeitar seus deveres; a participação do cidadão na sociedade em que vive influencia o coletivo, portanto, este é também um agente das ações governamentais de uma sociedade.

Hoje, entendo que o exercício de ser cidadão depende prioritariamente de um conjunto de ações globais da sociedade. A cidadania é, portanto, um direito que garante as condições básicas e dignas² para o ser humano, fruto de lutas e conquistas entre classes, da participação de toda a sociedade, e dos deveres, que através das leis são estabelecidas para a população, contra possíveis danos e ataques que possam ferir essa sociedade. Assim, podemos pensar que a cidadania deve ser exercida para que a mesma exista, pois nela podem e devem ocorrer mudanças de acordo com as condições sociais, temporais e situacionais de determinada instância, indicando, assim, o modelo de vida que se deseja a todos³. (SANTOS, 1998) Portanto, esta situação traz consigo uma herança cultural que vem se configurando durante o processo histórico da sociedade, possibilitando mudanças e que podem ser feitas a partir de uma base democrática na qual todos participem.

No Brasil, a participação dos cidadãos é pouco praticada se compararmos o número de habitantes com a quantidade de ações feitas nos âmbitos civis, políticos e sociais. Observamos, então, uma desvalorização do poder cidadão em vários momentos da nossa história. O processo histórico da democratização no cenário nacional, aparece através do direito do voto, que possibilitou o brasileiro compreender e perceber os seus direitos, permitindo que esse questione e opine suas idéias e participe do conjunto das ações políticas da sociedade.

² As condições básicas aqui são tratadas juntamente com as condições naturais do ser humano que “provém pela natureza humana, de modo que todo e qualquer ser humano nasce com eles e com eles permanecem, independentemente de sua vontade. Os homens são capazes de conhecer esses direitos em função de sua racionalidade e, graças a essa racionalidade, produzem uma estrutura institucional considerada adequada para protegê-los”. SILVA, D. R..*Democracia e Direitos Políticos*, p.32.

³ Um filme sugerido sobre este tema é “*Danton: O processo da Revolução*” que conta a fase popular da Revolução Francesa, na qual ocorrem avanços populares, conseqüências de lutas por direitos liberais. É nesse período que a cidadania assume formas interessantes de serem estudadas, para o seu entendimento. Em uma cena do filme, uma criança é obrigada a decorar a constituição francesa. Interpreto a cena como tornar, no sentido de educar, o homem em um cidadão, transmitindo o real sentido da educação para a cidadania e permitindo o entendimento de que o homem, ao conhecer sua constituição, pode pôr em prática seus direitos, e não permitir que injustiças ocorram.

Diante essa discussão, penso no lazer que é parte dos direitos desses cidadãos. Para desenvolver o estudo foi dado o devido apreço aos conteúdos do lazer, que é tema deste estudo, e também foi indicado os propósitos dos gestores para efeito de sua materialização, através das políticas públicas de Suzano. Destarte, com o desenvolver da pesquisa, foi possível analisar os conteúdos do lazer e das políticas públicas, juntamente com a concepção e o papel dos gestores de Suzano para que esses garantam esse direito à população.

Quando pensamos no que fazer no tempo livre, podemos encontrar várias respostas. Porém, como aproveitar esse tempo nos dias atuais, usufruindo esse direito dos tempos modernos? Quais as formas viáveis para a utilização de espaços públicos e disponíveis numa cidade? Como gerar uma igualdade na utilização desses recursos para os habitantes? Como os espaços e equipamentos de lazer vêm se estruturando para a população? São feitas pesquisas a respeito da utilização desses espaços? São muitas as questões que a sociedade deve pensar para que, de fato, possa reivindicar o lazer como um direito social. O tema desse estudo também gira em torno dessas questões e, em vista disso, o questionamento principal deste estudo é sobre como os gestores da Cidade de Suzano pensam o lazer e como procuram garanti-lo.

Esta é uma pesquisa descritiva, que analisa a Cidade de Suzano, a partir de técnica de entrevistas feitas com os gestores, as ações feitas no âmbito do lazer. As entrevistas foram feitas com os Secretário de Esporte, Recreação e Lazer; Secretário de Cultura e Diretor de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Negócios e Turismo da Cidade. A seleção dos gestores entrevistados foi de grande abrangência, e tem a finalidade de mostrar a importante influência desses sujeitos nas políticas de lazer, especificamente estudando a concepção deles para as mesmas.

Antes da maratona de entrevistas, cartas de apresentação⁴ com os devidos objetivos da pesquisa foram entregues aos Secretários de Cultura; de Esportes, Recreação e Lazer; de Planejamento Urbano; de Promoção da Cidadania e Inclusão Social e de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Negócios e Turismo, em cada sede das secretarias da Cidade de Suzano. Conseguimos, porém, realizar as entrevistas apenas com os Secretários de Cultura e de Esportes, Recreação e Lazer, como também com o Diretor de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Negócios e Turismo. As justificativas dadas, das outras secretarias, em não aceitarem participar da pesquisa foram de não estar diretamente

⁴ A carta entregue aos secretários envolvidos está em anexo 1 no fim desse trabalho.

envolvidas com o lazer da Cidade e de não ter tempo ou interesse na investigação.

No decorrer da pesquisa, um roteiro de perguntas⁵ para a entrevista foi elaborado, trazendo como temas principais o entendimento do lazer para os gestores, o que os gestores consideram como equipamentos de lazer, se eles têm iniciativas para o investimento em programas e projetos e, por conseguinte, como acontece essa materialização na Cidade de Suzano.

Segundo Menga Lüdke e Marly André (1986), as entrevistas são os principais instrumentos de coleta de dados utilizados nas ciências sociais, nas quais se cria a “interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33) Essa técnica “permite a captação imediata e corrente da informação desejada” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34), assim como possibilita que se faça “uma distinção entre os fatos objetivos da situação e as definições subjetivas geradas pelos entrevistados a respeito da situação com vista a compará-los.” (GIL, 2007, p. 119) O fato objetivo nesta pesquisa é a própria resposta dos gestores no entendimento do lazer, ou seja, a captação de dados pessoais e reais das políticas públicas de lazer em Suzano. A definição subjetiva na pesquisa é de como ocorreu o andamento da entrevista, partindo das observações e respostas comportamentais dos gestores, por exemplo, como o entrevistado lida com cada situação apresentado nas perguntas da entrevista?

Foi utilizada entrevista com questões abertas, na qual se enfoca um tema específico que “permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto” (GIL, 2007, p. 120); e, com o desenrolar, permite “que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34). Assim, como essa pesquisa procura conhecer as concepções de lazer dos gestores da Cidade de Suzano, quanto mais livres e menos estruturadas as questões, melhor a forma de captação desses dados. As entrevistas feitas para os gestores de Suzano ocorreram nos prédios de cada secretarias, com data e hora marcada, caracterizando um ambiente de reunião. Porém, todas as entrevistas foram informais, pois não havia, em nenhum dos casos, uma relação de poder, tanto por parte dos gestores, quanto por parte do pesquisador, possibilitando um ambiente sereno durante as entrevistas. Em cada uma das entrevistas havia uma especificidade de os gestores falarem sobre o tema, pois em cada secretaria o tema do lazer era tratada relacionando-o a secretaria em questão. As falas dos gestores foram gravadas e logo depois

⁵ O roteiro utilizado está em anexo 2 no fim desse trabalho.

transcritas.

Também analiso os documentos da Cidade, como o Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM) e a Lei Orgânica do Município de Suzano (LOMS). Esses registros institucionais escritos, cedidos pela secretaria de Planejamento Urbano, durante a conversa com a Diretora de Saneamento e Gestão Ambiental, foram empregados na pesquisa e definiram-se como instrumentos necessários para a análise de contextos e formalidades prescritas em documentos para a atuação dos gestores na cidade.

A análise documental foi utilizada constituindo uma “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38) ao complementar as informações obtidas nas entrevistas. Os LOMS e PDPM são documentos escritos e aprovados por lei que “busca[m] identificar informações factuais (...) a partir de questões ou hipóteses de interesse” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Por isso, a utilização desses, permitiram conhecer a fonte estável como registros institucionais escritos.

Além destas técnicas de coleta de dados, observo os espaços públicos destinados ao lazer e deles participo, vivendo e presenciando o cotidiano daquela cidade.

A partir de todos esses instrumentos materiais, foi possível estabelecer laços com as teorias sobre o lazer e as direções ideológicas das políticas públicas. Dialogando esses dados com a realidade presenciada e com os referenciais teóricos do presente tema, procuro responder a questão desta pesquisa.

No capítulo 1, indicaremos as correntes políticas atuais em políticas públicas e alguns conceitos sobre democracia. No capítulo 2, nos debruçamos sobre as correntes teóricas do lazer partindo dos referenciais de Frederic Munné (1980). Posteriormente, analisaremos essas correntes com os autores do lazer brasileiros para que, mais adiante, possamos dialogar com as falas dos entrevistados dessa pesquisa. O capítulo 3 é especialmente dedicado aos aspectos da Cidade de Suzano, indicado pelas suas histórias e seus aspectos políticos, feitos conjuntamente com as entrevistas e a análise dos documentos municipais. No 4º capítulo, indicaremos através da análise de entrevistas, a concepção dos gestores diante do tema lazer.

2 Políticas Públicas

Quando falamos em políticas públicas⁶, logo imaginamos os políticos, as eleições, alguns projetos, os serviços sociais, etc., mas o que também merece uma reflexão são as intencionalidades dos gestores antes de sua materialização. Políticas públicas envolvem o atendimento das mais diversas camadas da população que, a partir das arrecadações de impostos coletados dos habitantes, materializam obras e projetos para melhorias e manutenção dos interesses coletivos. E quem rege esses interesses são os candidatos por nós escolhidos durante as eleições, os agentes públicos.

Num jornal de circulação nacional⁷, uma matéria falava de como vêm se conduzindo as campanhas eleitorais no Brasil. Em anos eleitorais, é possível observar a lógica do capital inserida nas ações dos partidos e candidatos. Segundo a matéria, a forma como as campanhas eleitorais se organizam não contribui para o desenvolvimento de nossa democracia, por duas razões. Primeiro, as campanhas eleitorais passaram a se basear na lógica publicitária comercial. Essas campanhas, nas TVs e Rádios, levam aos eleitores a imagem e o nome dos candidatos “rápida e superficialmente no prazo exíguo atribuído a cada um” (ESTADO DE SÃO PAULO, 2008), e ainda, são mostradas filmagens de obras e realizações dos candidatos à reeleição; críticas a situações graves nos serviços públicos dos candidatos de oposição; e também de forma intensa, são observadas uma baixa qualidade de conteúdos, muitas vezes, com ataques a outros candidatos e a “vanglorização” dos próprios feitos dos eleitos anteriormente. A contratação de profissionais especializados, para que seja possível a realização da campanha, faz com que esta seja extremamente cara, podendo gerar o apelo a práticas de corrupção. Em segundo lugar, os programas passam a ter uma baixa qualidade de conteúdo, pois transformam a relação candidato-eleitor em produto-cliente: a igualdade política entre eleitores e candidatos é

⁶ “Trata-se de produções de bens e serviços setoriais demandados pela sociedade por grupos de interesses que disputam a hegemonia na distribuição de serviços coletivos, setorializados como saúde, educação, saneamento, habitação, transporte, cultura, esporte/lazer, entre outros serviços públicos. Tais serviços podem assumir características focais de atendimento ou universalizadoras com vista à (re)estruturação de uma realidade.” (MENESES, 2002, p. 60)

⁷ O Estado de S. Paulo do dia 11 de setembro de 2008, em espaço aberto, escrito por Maria Rita Loureiro, “*Muito longe da lógica democrática*”. (p. A2)

deformada pelo capital disponível, pelo partido, para contratar profissionais mais hábeis e mais qualificada. Deste modo, as campanhas eleitorais de nada valem para a formação de juízo político para os cidadãos, esvaziando o caráter democrático e desprivilegiando os debates políticos sobre problemas coletivos. (O Estado de S. Paulo, 2008, p. A2)

Trago este trecho ao trabalho, porque este ano de 2008 foi ano de eleição, na qual escolhemos os candidatos à prefeitura e às câmaras municipais. Podemos nos equivocar, às vezes, quando pautamos nossa escolha nas obras e projetos municipais de uma determinada gestão, pois mais nitidamente nessas épocas nos deparamos com as realizações dos candidatos nas propostas de governo como marketing de sua gestão. A democracia deve ser assegurada pela força de decisão dos eleitores, objetivando o reconhecimento dos interesses desses cidadãos pelo Estado, e não composta pela conjuntura das realizações sobressaída nessas épocas. (SILVA, 2005)

Portanto, quando falamos do caráter democrático, temos a historicidade dos direitos políticos dos cidadãos. Segundo SILVA (2005), a democracia contemporânea nasce no início do século XX, resultado das transformações ocorridas durante a época do Iluminismo. A partir disso, idéias como dos pensadores Weber e Michels, Schumpeter (apud SILVA, 2005) discutem a democracia como método de luta pelo poder, marcada pelo asseguramento da “competição da pluralidade de valores e a liberdade de escolha” (SILVA, 2005, p. 66). E assim, “não é possível falar em vontade plenamente livre, uma vez que a vontade do povo se forma em função da competição entre líderes políticos.” (SILVA, 2005, p. 75). Os pensadores Rawls e Habermas (apud SILVA, 2005) falam da democracia deliberativa com o pressuposto de que os cidadãos são capazes de argumentar tanto as suas preferências, quanto os objetivos defendidos ou criticados nas instituições e programas governamentais. Sobre a democracia participativa, os teóricos Pateman e Bobbio, falam dos participantes da sociedade nas tomadas de decisões, atitude que afeta suas vidas sem que esses sejam submetidos a uma hierarquia. A participação democrática não se restringe ao voto, mas abrange a participação das pessoas nas esferas sociais com as decisões tomadas coletivamente. (SILVA, 2005)

Destarte, ideais democráticos são disseminados transformando a sociedade e abrindo espaços para o surgimento de organizações sociais de diferentes interesses. Amaral (2004) explicita as direções ideológicas das políticas públicas. Diz a autora que podemos encontrar, na realidade brasileira, políticas sob os moldes liberais, neoliberais, social-democratas

e um modelo híbrido “que congrega formas distintas de democracia: representativa e participativa”. (AMARAL, 2004, p.183)

Explicitando brevemente esses modelos, podemos dizer que a ordem política liberal se preocupa com a extensão do poder governamental, diferentemente da democracia que se preocupa com quem detém esse poder (CRESPIGNY, 1981), além de se fundamentar numa “interpretação evolucionária de todos os fenômenos da cultura e da mente” de modo racionalista. (CRESPIGNY, 1981, p. 48) De modo geral, os princípios básicos de uma sociedade liberal podem ser resumidos na proteção do domínio privado dos indivíduos, e também, na restrição dos poderes coercivos do governo para aplicação das regras de conduta justa,

a norma que exige aos cidadãos contribuírem segundo princípios uniformes, não apenas para o custo de aplicação dessas normas [preservação do funcionamento de uma ordem de mercado], mas também para o custo das funções não coercivas (serviços) do governo, que dentro em pouco consideramos (CRESPIGNY, 1981, p. 51, 52)

A Política Social-democrata fundamenta-se no marxismo, amplamente difundida após a formação do Partido Social Democrático Alemão Unificado, mais tarde tornado possível pela forma de organização em bases parlamentares, com os direitos eleitorais. (CRESPIGNY, 1981) Nessa política é empregado o modelo de sociedade socialista, mais igualitária. A social-democracia prega a igualdade e justiça social, não somente perante a lei, mas também em termos econômicos e sócio-culturais, a partir de uma democracia liberal.

A política neoliberal é um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia. Esse modelo surgiu a partir de um Estado Capitalista competitivo, que visa à liberdade de mercadoria num sistema de governo fortemente intervencionista, com intensa participação da economia de mercado, que prevê a abertura da economia nacional ao capital imperialista. A privatização de empresas e de serviços públicos reduz os investimento em política social e desregulamenta as relações de trabalho. (BOITO Jr., 1996) Ele emerge como uma reação teórica e política ao socialismo e à redução do Estado intervencionista keynesiano, conhecida como o Estado de bem-estar social, acreditando que esse processo melhor atende os interesses e desenvolvimentos econômicos de uma nação.

O modelo híbrido tem raízes a partir do surgimento do trabalhismo durante o período pré-ditadura militar. Mais tarde, por volta da década de 1980, surge a Frente Popular, que propõe um modelo híbrido, ou seja a congregação de uma democracia representativa em instância

de participação popular, de democracia participativa. A democracia participativa

tem, como ideologia, a independência da classe trabalhadora, que deve entender e apreender a estrutura estatal para nela interferir, contrapor e criar as tensões necessárias, além de demandar políticas públicas e, acima de tudo, pleitear a criação de conselhos populares, ou ainda vislumbrar o desenvolvimento de uma esfera pública não-estatal. (AMARAL, 2003, p. 10)

E ainda, na forma de condução do poder estatal

as lideranças governistas devem ser entendidas como cidadãos comuns e precisam incorporar este discurso nas suas atuações, pois ocupam transitóriamente cargos administrativos; assim, necessitam descentralizar o poder para que um novo modelo social possa emergir. (AMARAL, 2003, p. 10)

A democracia participativa permite os cidadãos participarem da estrutura estatal, demandando políticas públicas; e pela democracia representativa, elegem um líder ou representante de comunidade e/ou do legislativo/executivo para que a decisão da maioria represente de fato, as decisões políticas da sociedade.

Assim, ao analisar essas direções ideológicas na realidade brasileira, podemos encontrar todos eles nas atuais formas de governo, uns de forma mais intensa e outros de forma menos intensa. Em Suzano, a atual gestão é conduzida pela Frente Popular, portanto tem em seu discurso o modelo híbrido. Porém pode se observar que, como também em outros partidos, os moldes políticos não seguem a rigor as direções ideológicas como a dos modelos citados anteriormente.

O modelo mais criticado nos dias atuais é ao modelo neoliberal, que vem se firmando através dos novos políticos e que permitiu a ascensão do modelo híbrido. O modelo oferece um Estado Mínimo, porém ainda com fortes poderes intervencionistas, delegando o controle dos investimentos às iniciativas privadas. (AMARAL, 2004).

Em “O espaço do Cidadão”, Milton Santos faz uma relação interessante ao comparar o cidadão a um consumidor/ usuário. O autor refere-se ao cidadão brasileiro que vive no sistema neoliberal, implementado pelas atuais formas de governo, como um “novo-cidadão”: consumista e usuário. Esse sistema difundido, nos anos de 1980 e 1990, com a abertura econômica, favoreceu não só o crescimento econômico, mas também possibilitou novas crenças e valores, reconstruindo um novo cidadão, que se move pelo consumo e pelas influências

mediáticas⁸. Por conseguinte, o conceito de cidadania como direito, se modifica perante a soberania econômica, que vem se instalando crescentemente no nosso País. (SANTOS, 1998)

A problemática política nacional pode ser situada analisando o país “recém-globalizado” em que o cidadão já não tem uma real identidade. Há um bombardeio de informações, de influências internacionais e/ ou da classe dominante que impõe um poder majoritário à população, assim a “recém-democracia”, que segue as tendências econômicas, tecnológicas e de dimensões variadas, não permite que as ações públicas atinjam a população como um todo, de modo satisfatório.

Então, frente a todo este quadro, por que pensar o lazer como um direito social? Entendo que o lazer permite o acesso das pessoas às mais diferentes culturas e opiniões, implicando oportunidades de diálogos entre diversidades. Assim, cada indivíduo teria possibilidades de escolhas para exercitarem a cidadania e se auto-criticar, direcionando-o à uma democracia mais justa e com mais liberdade.

Frederic Munné (1980), em “Psicosociologia Del Tiempo Libre”, diz que o lazer instiga a criatividade e a liberdade do indivíduo através de um auto e hetero condicionamento.(MUNNÉ, 1980) Ou seja, o ambiente entendido dentro do conjunto social, heterocondiciona o indivíduo que busca em seu autocondicionamento a relação pessoal dentro desses espaços.

Por isso, o lazer, como fenômeno social, deve ser objeto de intervenção das Políticas de Governo, democratizando o acesso aos bens da humanidade e possibilitando que os cidadãos tenham escolhas. Porém, o que analisamos, muitas vezes, na nossa política atual é que o embasamento inicial desses programas e projetos é vazio de sentido, o que os torna políticas: funcionalistas, assistencialistas e compensatórias.

O lazer aqui é entendido como uma política social. Para melhor compreender a política social, Faleiros (1988) a sistematiza em complexos. São os complexos: (1) *sócio-assistencial*, na qual organismos público-privado (organizações filantrópicas e religiosas, por exemplo) prestam serviços aos “excluídos do processo de trabalho e produção⁹”,

⁸ Quem nunca ouviu falar do PROCON- Proteção e defesa do consumidor. Essa entidade pública tem intensa participação popular nas questões envolvendo consumo. O consumidor procura esse órgão a fim de obter melhorias na qualidade dos produtos. Santos, numa crítica ao brasileiro, relata que o mesmo vai mais em busca de melhorias de bens e materiais consumistas (“por ser alienado”) que de condições básicas para a cidadania. O “novo-cidadão” esquece o fundamento principal da cidadania, que é dar prioridades para direitos e deveres que aos bens materiais.

⁹ São os mendigos, os pobres, as crianças e idosos carentes...

institucionalizando ajudas econômicas “através de canalização de recursos” (p. 46); (2) *sócio-industrial*, no qual as grandes empresas formam um monopólio. Concentram a mão-de-obra e o desenvolvimento tecnológico, criam condições para a manutenção das forças de trabalho e dão assistência aos trabalhadores, amenizando conflitos entre as classes sociais. Criam, também, leis para que garantam uma rotatividade no ciclo de produção e de produtividade de trabalhadores; (3) *sócio-financeiro*, que tem por fim prestar serviços e acesso aos bens de consumo individuais através de empréstimos e seguros; (4) *urbano-social*, o qual permite o progresso no cotidiano das cidades. As ações contidas nesse último complexo, dizem respeito aos serviços essenciais de utilidade pública¹⁰ (FALEIROS, 1988, pp. 45-57). O lazer entendido como política social, pode assumir formas de assistência aos “marginais”, de compensação das forças de trabalho, e gerar necessidades de consumo e uma funcionalidade dos equipamentos de uma cidade, por exemplo.

Entre os discursos sobre as políticas sociais e o lazer também pode se encontrar o lazer educativo, na qual o educar pelo lazer permite o desenvolvimento individual e social, ligado às condições culturais, políticas e sociais. É possível falar da educação, não apenas nas instituições escolares, mas também da educação para o desenvolvimento humano, através de significados nas experiências da vida. O aprendizado humano não é interrompido, é contínuo mesmo depois da fase escolar, assim o "desenvolvimento dinâmico do indivíduo se faz através de uma educação que deve incentivar sua criatividade" (GELPI, 1983, p. 25) para o desenvolvimento global do homem.

Em vista disso, podemos trazer vários estudos nacionais sobre essa temática. Um exemplo é o estudo de Rodrigues e Bramante (2003) que analisa a cidade de Sorocaba, trazendo o lazer como algo privativo na cidade. Indicam os autores que a sociedade civil não reconhece esse direito como função social de responsabilidade da administração pública. O que ocorre em Sorocaba, segundo o artigo, é o oferecimento de uma política sócio-assistencial, dos poderes públicos aos marginalizados, ocorrendo uma despreocupação de um planejamento. As empresas privadas¹¹ "exploram a dimensão humana do lazer" (RODRIGUES E BRAMANTE, 2003, p.35), provocando e perpetuando as desigualdades, como a exclusão social, e a falta de

¹⁰ São os transportes, a coleta de lixos, segurança pública, manutenção de espaços públicos...

¹¹ Valquília Padilha (2006), por exemplo, traz o lazer consumista reificado no universo do *Shopping Center*. A autora diz que, nesse templo de consumo, os homens acabam por romper com a vida coletiva de convívio de grupo, para priorizar o poder individual desse ambiente privado. Fala, também, que esses ambientes são interpretados como símbolo de felicidade por meio da materialização dos sentimentos, desejos e prazer consumidos e que, para melhor conquistar a clientela, usam de artifícios hedonísticos como opções de lazer, de cultura, de qualidade de vida, de saúde, etc. para fomentar a ordem privativa.

acessos e oportunidades para essa população em geral. (RODRIGUES E BRAMANTE, 2003)

Em Suzano iremos analisar qual o tipo de lazer é oferecido para a população. Veremos isso, nos capítulos a seguir.

3 A Historicidade da Política Pública de Lazer

Frederic Munné (1980) explicita em seu livro "Psicosociología del Tiempo Libre", no capítulo "Las respuestas de la historia", a significação do tempo livre em diversas épocas até o seu significado nos dias atuais. De forma cronológica, começa pela Grécia antiga com o seu termo "*skholé*¹²," "un estado de paz y de contemplación creadora- dedicada a la *theoria*- en que se sumía el espíritu." (MUNNÉ, 1980, p. 40). A *skholé* era privilégio apenas da elite, que possuía um tempo não sujeito ao trabalho. Já em Roma, por outro lado, é incorporada a novidade introduzindo "el ocio de masas", trazido por "Cicerón, cuando éste nos habla del *otium* como tiempo de descanso del cuerpo y recreación del espíritu, necesario para volver a dedicarse_ una vez recuperados_ al trabajo o al servicio público." (MUNNÉ, 1980, p. 42). Assim, o ócio (tempo livre) popular traz novas conotações em seu significado no que tange aos caracteres econômicos e políticos para a sociedade romana, servindo como instrumento de dominação de classes, também conhecida como a Política do Pão e Circo.

Na Baixa Idade Média e começo do Renascimento, o tempo livre se diferencia pelos aspectos ligados à conduta de exibição social. Quem pode falar mais desse período é Thorstein Veblen (1983), que analisa o tempo livre dos altos círculos sociais: a classe ociosa, que tinha a condição do "espírito lúdico classista". Estas eram representadas pelas atividades de guerra, política, esportes, ciência e religião, também chamadas de "atividades honrosas" (VEBLEN, 1983, p.10). Nessas condutas exibicionistas, a questão do consumo vem à tona do mesmo modo que a cultura pecuniária surge de forma institucionalizada, provocando várias mudanças sociais e culturais, com o aparecimento do ócio vicário e do consumo conspícuo. (VEBLEN, 1983) O tempo livre popular continua existindo, também, com conotações de reposição das forças de trabalho, controlados pela igreja e pelos senhores feudais.

Tardiamente, nos séculos XVIII e XIX, com as idéias puritanas e a classe burguesa ascendendo, a super valoração do trabalho se auto-firma conferindo um novo sentido

¹² Palavra que " Coincide, por consiguiente, con el significado literal de la expresión 'tiempo libre.'" (MUNNÉ, p. 40) A tradução da língua espanhola de "tiempo libre" para a língua portuguesa fica entendido como "lazer".

para o tempo livre, uma interpretação negativa para esse “tempo gasto”, trazendo, também, a famosa frase de que “tempo é dinheiro”. Assim, com a revolução industrial, a vida de todos começa a ser determinada em função do tempo: a de trabalho e a de não-trabalho. O tempo de não-trabalho fica dependente do consumismo e de interesses econômicos, descrevendo um ciclo: produção, produtividade de acordo com as demandas, consumo e trabalho. Assim, o lazer surge em função do tempo de não trabalho, podendo ser mensurado quantitativamente pelas horas, diferentemente do ócio, que não está relacionado com a temporalidade, e sim com a contemplação e a liberdade, como caráter qualitativo. (MUNNÉ, 1980)

Luciana Marcassa (2003) constrói categorias centrais de análise do lazer na modernidade como (1) o *tempo*, que diz ser um tempo livre adquirido pelo trabalhador como conquista e concessão destinada ao desenvolvimento de práticas de descanso e diversão; (2) o *espaço*, pois as atividades de lazer dependem do ambiente e equipamentos onde ocorrem, podendo ser específico ou não-específico; (3) a *cultura*, que envolve a prática social, construção material e simbólica como experiência vivida, educativa, popular e socialmente construída pelo homem; (4) a *atitude*, que é oriunda de nossas escolhas e comportamentos “frente à atividade ou ainda uma disposição pessoal de tempo” e (5) as *características e funções* que objetivam a significação do lazer enquanto prática: a sua materialização. (MARCASSA, 2003)

A partir dessas categorias é possível indicar as diferentes correntes e concepções de lazer. Frederic Munné (1980) elabora teorias a partir de uma visão burguesa e marxista. A primeira, segundo o autor, surge pela contradição da base moral e política dos pensamentos puritanos e liberais desenvolvida pelos mesmos fins do sistema, pois “de tal forma que la misma burguesía que antaño condenara por criterios morales el tiempo ‘perdido’, lo fomenta hoy acuciada por el interés económico.” (MUNNÉ, 1980, p. 12) E a segunda, que parte da concepção de trabalho de Marx, como “la primera necesidad de la existencia” (MUNNÉ, 1980, p.24), que concebe o trabalho como necessidade humana, assim como o tempo livre que

serán una sola cosa: no sólo tiempo libre de trabajo, sino también tiempo de trabajo libre. Com sus propias palabras: “el tiempo libre queda libre para las distracciones, para el ocio: como resultado de lo cual queda abierto el espacio para la libre actividad y el desarrollo de las aptitudes”. El tiempo libre es, en resumen, “el tiempo de que uno dispone para gozar del producto y para desarrollarse libremente; he aquí, la riqueza real”. (MUNNÉ, 1980, p. 26)

Na visão burguesa, Munné (1980) traz as correntes empíricas, teóricas e

críticas, cada qual com diferentes enfoques metodológicos. As concepções burguesas “se caracterizam por ver en el ócio una expresión subjetiva de las necesidades y aspiraciones individuales” (MUNNÉ, 1980, p. 20) Ao modo de ver do autor, três pontos em comum caracterizam essa concepção: o subjetivismo, o individualismo e o liberalismo. Nos trabalhos sobre o tema, podemos encontrar essa concepção mais detalhada nos autores como Dumazedier (1980, apud Munné), De Grazia (1980, apud Munné) e De Masi (1980, apud Munné), por exemplo.

Na visão marxista, Munné (1980) sistematiza as contribuições das visões ortodoxas, revisionistas e da postura da escola de Frankfurt. Nesta concepção, o tempo livre é analisado dialeticamente na sociedade capitalista como um tempo alienado e patológico. Assim, partindo da crítica, o autor diz que os marxistas constroem um modelo de tempo livre comunista contrapondo o tempo de trabalho alienado com o tempo de trabalho livre,

que originará um nuevo hito histórico que afecta a uma sociedad por venir, regida no por el principio socialista de 'a cada uno según su trabajo' sino por el principio comunista de 'a cada uno según sus necesidades'. (MUNNÉ, 1980, p. 36)

Pensando neste pequeno esboço de diferentes concepções de lazer é possível pensar que ela é imprescindível para os sujeitos destas políticas públicas. De acordo com Lino Castellani Filho (2007), a história social e política do esporte e do lazer, no Brasil, tem como heranças as diretrizes e bases que têm como esqueleto o intuito disciplinador nos aspectos econômicos e políticos. O primeiro tem caráter de disciplinar o trabalhador em suas capacidades físicas para o trabalho, e o segundo o caráter de “desenvolvimento do espírito cívico e patriótico do brasileiro” (CASTELLANI, 2007, p.3). O autor inter-relaciona o esporte, o lazer e a recreação, explicitando suas dimensões no âmbito político. O esporte, para ser praticado como “parte integrante do patrimônio cultural” (CASTELLANI, 2007, p. 4), precisaria de condições de espaço e tempo para a inclusão dessa prática, independentemente da condição socioeconômica da população. Deste modo, a materialização do esporte e do lazer possibilitaria a dimensão recreativa de modo que o esporte, como agente socializador, contaminaria as pessoas com seu “sentido lúdico”, possibilitando a construção do entendimento do *como* e do *porquê* ele se faz presente nos praticantes. Essas práticas podem ser: a sua própria prática, os espetáculos, o conhecimento de seus significados e a apropriação das pessoas pelo seu interesse (CASTELLANI, 2007, p. 5). Assim, o autor não nega a forma secundarizadora de caráter

instrumental do esporte e do lazer, esclarecendo que o reconhecimento de tais práticas quiçá possibilite um reconhecimento desses elementos como parte integrante do patrimônio cultural da humanidade¹³. (CASTELLANI, 2007)

Em muitas das características do lazer, encontramos, no que tange as discussões dessa área, tais práticas assumindo formas recreativas e higienistas, e não como um direito social. Para muitos estudiosos e gestores do campo de lazer, as práticas corporais, por exemplo, ainda se tornam ferramentas de práticas lícitas para esse tempo livre. As ruas, as praças, os parques, enfim, os espaços públicos, permitem que o indivíduo se relacione com o ambiente das mais variadas formas corporais e sociais, refletindo seu caráter humano e ressignificando tais práticas.

Segundo Castellani Filho, o lazer também indica “elementos de qualidade de vida de um povo” (CASTELLANI in MARCELLINO, 1996, p. 12), que traz na discussão política nacional referências das políticas de mensuração do bem-estar da população. Segundo o autor, o lazer indica uma situação paradoxal da realidade no que tange ao “crescente investimento no setor de entretenimento por parte da iniciativa privada associada à indústria do lazer no Brasil” (CASTELLANI in MARCELLINO, 1996, p. 12) com relação ao quadro de desigualdades e exclusões sociais. Quando o autor fala do lazer como bem-estar da população, ele se refere ao poder aquisitivo e o tempo livre da população que a possibilita fruir o lazer. É possível observar estudos que comprovem quantitativamente essa mensuração. Assim, o autor critica o quadro de desigualdades e exclusões sociais, que muitas vezes, acessibilizam os direitos sociais apenas para uma minoria da população.

Sucintamente podemos dizer que existem diversas concepções de lazer, porém estas citadas aqui no trabalho são as que mais se apresentam nas políticas públicas de Lazer no Brasil.

¹³ A discussão, feita pelo autor, refere-se no Programa Esporte e Lazer da Cidade do Governo Federal, durante o período de 2004-2007, constado no Plano Plurianual denominado “Brasil: um País de todos” que sintetizou num “projeto social e desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer”. (CASTELLANI, 2007, p. 6)

4 Suzano

Discorrerei brevemente sobre alguns aspectos de Suzano que acho pertinente a esse trabalho. Ater-me-ei a discutir a questão urbana e histórica de Suzano, levando em conta os fatores econômicos e políticos e alguns dos aspectos relevantes nas propostas do lazer configurados na cidade.

A história de Suzano tem como base o período colonial, período este que foi de extrema importância e influência para a formação da cidade. Na época colonial, a região da atual Suzano fazia parte da Capitania de São Vicente, visto que em documentos da época há indícios da formação de um povoamento na região da "Estrada real do Guaió", próximo à cabeceira do rio Taiaçupeba Mirim e o rio Guaió. Outro fato importante é, também, a construção de uma capela na região, que tinha por finalidade a catequização dos índios, revelada na missão do padre jesuíta Francisco Baruel.¹⁴

Em meados de 1870, a Estrada de Ferro São Paulo - Rio de Janeiro é implantada, e o povoado passa a servir com o abastecimento de água e lenha às locomotivas. Assim, mais tarde, por volta de 1900, a vila, conhecida por Guaió, sofre influências da modernidade ocorrida no Estado de São Paulo, havendo a necessidade da criação de uma estação de trem no local. O povoado experimentou constante crescimento, aumentando sua população e justificando, dessa maneira, sua elevação para a categoria de Distrito, anexo ao Município de Mogi das Cruzes.¹⁵

Esses avanços urbanísticos trouxeram muitos imigrantes à região, como por exemplo o casal Cooper, missionários americanos que fundaram um orfanato chamado "Blossom Home"¹⁶. Esse fato é importante por fazer com que a atual Cidade de Suzano seja conhecida como "Cidade das Flores".

Suzano é um dos municípios que mais receberam influência da cultura japonesa. Atualmente, a colônia japonesa representa cerca de 10% da população suzanense. Depois de desembarcarem do primeiro navio de imigrantes japoneses, os 781 estrangeiros se

¹⁴ Disponível em <<http://www.camarasuzano.sp.gov.br/suzano/historico.htm>>. Acesso em: 17 out. 2008.

¹⁵ Disponível em <<http://www.riotiete.com.br/suzano.htm>>. Acessado em: 17 out. 2008.

¹⁶ Blossom significa "flor em botão".

distribuíram em várias regiões do Estado de São Paulo, se dedicando à agricultura. Daí por diante, os japoneses tiveram grande influência na formação da história de Suzano, seja na cultura, economia ou política. Na década de 70, foi viabilizada a entrada de empresas japonesas em Suzano, segmento econômico que se destaca na cidade. Atualmente, há clubes na cidade que mantêm as tradições do Japão, promovendo festas e eventos esportivos culturais. A colônia também mantém escolas de ensino regular nipo-brasileira, e quer construir um espaço destinado ao treinamento de artes marciais no Brasil.

Em 1948, Suzano atingiu a condição de município por meio de sua emancipação de Mogi das Cruzes. Em 1958, foi criada, por lei estadual, a comarca de Suzano, cuja instalação ocorreu em 1962.¹⁷

Paralelamente a esses processos, nitidamente aparecem estruturas urbanas como o Cine Suzano, a Santa Casa de Misericórdia, o funcionamento de Grupo Escolar (1º Grupo Escolar de Suzano, depois denominado “Professor Raul Brasil”), Fundação do Rotary Club de Suzano, a criação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Suzano, entre outros. Nas décadas de 1970 e 1980, o Estádio Municipal “Francisco Marques Figueira”, o Ginásio de Esportes “Professor Roberto David” e a Escola SENAI “Luís E. B. Vidigal Filho” foram construídos.¹⁸

Atualmente, o município possui 268.777 habitantes em seus 206 km² e fica localizado a menos de 50 km da capital do Estado de São Paulo (IBGE, 2007). Em 2005 o PIB - Produto Interno Bruto¹⁹ - da cidade era de R\$ 4.289.553. A economia da Cidade é caracterizada pelos ramos industriais como o de papel celulose e das indústrias químicas. Faz parte, também, do “cinturão verde” da região metropolitana de São Paulo²⁰. Mesmo com esse caráter primordial das atividades industriais, nos últimos tempos, como na maioria das cidades brasileiras, tem havido um crescimento nos setores terciários (comércios e serviços). Assim, o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico, envolvendo o setor de serviços, geram maior complexidade²¹ na atuação e ações de variados ramos sociais, acarretando numa maior

¹⁷ Disponível em <<http://www.camarasuzano.sp.gov.br/suzano/historico.htm>>. Acesso em: 17 out. 2008.

¹⁸ Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cronologia_da_hist%C3%B3ria_de_Suzano>. Acesso em: 17 out. 2008.

¹⁹ O PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um certo período. Ele indica a mensuração da atividade econômica, utilizados na macroeconomia, Wikipédia. Os dados obtidos são de fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

²⁰ Disponível em <<http://www.suzano.sp.gov.br/CN01/historia.asp>>. Acesso em: 17 out. 2008.

²¹ Sugiuro Condorcet, o Marquês de Caritat, que nos fornece uma visão do processo histórico do homem que passa

dificuldade nos atendimentos desses setores na esfera pública, por exemplo.

A distribuição populacional da cidade fica configurada de maneira que a zona urbana é 30 vezes maior que a zona rural. (IBGE, 2000) A região mais populosa concentra-se no centro da cidade, onde o poder aquisitivo dos moradores é de média à alta. Nessa região, a estruturação urbana e os acessos aos bens públicos são melhores estruturados para a população²².

O desenvolvimento urbano, segundo a LOMS, visa assegurar o bem estar de seus habitantes através do pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade. Essas Funções Sociais estão contidas no PDPM que estabelece normas específicas de edificações e instalações, como a Habitação, os Recursos Naturais, os Recursos Hídricos, o Saneamento, a Saúde, a Assistência Social, os Transportes Coletivos, a Educação, a Cultura, os Esportes e Lazer, dentre outros.

O Estatuto da Cidade, na qual é tratada a política urbana, define o PDPM como instrumento de regulação e ordenamento do solo. Segundo o documento foi necessária a releitura da realidade, questões como o crescimento populacional, configuração físico-geográfica, realidade social e econômica, por exemplo, foram norteadoras para a configuração desse PDPM. Também foram feitas pesquisas físico-territoriais, além da participação da população, a fim de definir a política de desenvolvimento urbano do Município. Assim, o documento tem por finalidade:

(...) adequar a legislação urbanística à dinâmica urbana e territorial, considerando a necessidade de otimizar a infra-estrutura urbana instalada e ainda, prever as novas demandas da população como aumento da oferta de infra-estrutura, serviços, equipamentos urbanos e comunitários, ao mesmo tempo em que prevê a participação da sociedade em todas as etapas de revisão da Lei. (PDPM, 2007)

Segundo os princípios fundamentais do PDPM (Capítulo II, art. 3), os agentes públicos, privados e sociais devem aplicar o

direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, à saúde, à educação e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer; participação da população nos processos de

pelos estágios de desenvolvimento de suas realizações para chegarmos ao aperfeiçoamento humano. Interessante é o trecho em que ele fala das relações de complexidade do homem e da formação da sociedade, pois se compararmos a sociedade atual, a elaboração da política se torna um tanto quanto frágil devido a sua atual forma de organização e diversos fatores que corroboram para tais práticas.

²² Essa estruturação será possível ser analisada, a partir do PDPM, discutida no capítulo seguinte.

decisão, planejamento e gestão da política urbana. (PDPM, 2007)

Nesse trecho, aparece o direito cidadão, que se materializa não apenas pela interferência dos agentes públicos, mas também através da participação da população:

aqueles que atuam como sujeitos, nestes processos, redefinem sua existência e participam na construção de um espaço público de pertencimento capaz de garantir à cidadania e legitimidade necessárias. (LINHARES, 1999, p. 21)

Essa leitura teórica explicita os conteúdos dos documentos, a partir de uma visão democrática com a participação das pessoas nas esferas sociais, que integram o debate político, possibilitando o pronunciamento de suas idéias.

Segundo a LOMS, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, elaborando o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais; organizar e prestar serviços públicos de forma centralizada ou descentralizada. O funcionamento da administração pública ocorre concomitantemente por meio do diálogo do prefeito, com a câmara municipal e os cidadãos. Ao poder legislativo, exercido pela Câmara Municipal (CM), compete votar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e autorizar a abertura de créditos, a concessão de auxílios e subvenções e a concessão de serviços públicos. A CM ainda cria, dá estrutura e atribuições às secretarias e Órgãos da Administração municipal. O poder executivo é exercido pelo prefeito, que compete nomear os secretários municipais; prestar contas da administração pública do Município à CM; enviar à CM projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual; aprovar projetos de edificação e urbanização; realizar audiências públicas com entidades representativas da comunidade.

A LOMS ainda, em seu Art.40, Subseção IV das Leis ordinárias, diz que “a iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação a Câmara Municipal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do município.” estes deverão fazer uma listagem com a assinatura de cada eleitor, apresentando emendas à lei orçamentária anual.

De acordo com esses dados, a materialização de projetos depende da revisão orçamentária do Plano plurianual aprovados pela CM e prefeitura, portanto, a competência dos gestores de cada secretaria fica dependente da organização legislativa e executiva do município. Assim, as obras e serviços públicos materializados no Município podem ocorrer democraticamente, se os cidadãos e órgãos públicos conhecerem os seus direitos e participarem

das ações governamentais de sua sociedade.

Tomado por base a atual configuração espacial de Suzano encontramos muitos espaços públicos destinados ao lazer para seus habitantes.

Os espaços já existentes, antes da atual gestão, segundo os entrevistados, eram o Estádio Municipal Francisco Marques Figueira, o Complexo Esportivo Paulo Portela, o Ginásio Municipal de Esportes Professor Roberto David, a Praça dos Expedicionários, a Praça João Pessoa, a Biblioteca Municipal, o Teatro Municipal Dr. Armando de Ré e o Centro de Educação e Cultura Francisco Carlos Moriconi. Na atual gestão, um aumento significativo de espaços destinados ao lazer foi construído também. Neles, segundo os gestores, encontramos os espaços como: o Parque Municipal Max Feffer e o Parque Maria Helena, também encontram, dentro da Secretaria de Cultura, os Centros Culturais (Boa Vista, Palmeiras, Colorado), as Bancas Bibliotecas, o Espaço da Banda Lira, o Casarão das Artes e o Galpão das Artes, além da Praça das Flores que são os equipamentos de lazer recém-construídos.

O Parque Max Feffer, localizado no centro de Suzano, é o principal equipamento de lazer. Possui em sua estrutura

(...) um complexo poliesportivo com quatro quadras poliesportiva, duas cobertas, um complexo cultural com concha acústica, um teatro também de arena, uma caixa cênica, um projeto extremo moderno e arrojado e um centro de convenções, além de campo de futebol, e pista de cooper (...). (E2); (...) duas raias, uma piscina oficial hoje, com vestiários novos (...). E3.

Segundo os entrevistados, este equipamento tem recebido investimentos a fim de servir como “referência na área de lazer para a região.” (E3) Lá ocorrem aulas de natação, vôlei, futsal e basquete, além de outras atividades como dança de salão, carteados, jogo de dama, acesso aos playgrounds, etc. O espaço é aberto para crianças, adultos e idosos, todos os dias das 6h às 17:30, segundo o site da prefeitura.²³

A Praça das Flores é localizada em frente à Prefeitura Municipal de Suzano. As Bancas Bibliotecas são duas, uma no Passo e outra dentro do Terminal Urbano. No Galpão das Artes há um teatro de arena, na qual ocorrem espetáculos experimentais. O Casarão das Artes é um Centro Cultural que "oferece uma série de cursos de formação, também, pintura, escultura, música" (E2) O Ginásio Paulo Portela que fica no Centro

²³ Disponível em: <http://www.suzano.sp.gov.br/CN02/atendimento/Equptos_esporte_lazer2.asp>. Acesso em: 17 out. 2008.

é para a prática esportiva, então ele funciona de segunda a sexta, normalmente com aulas de natação, com treinamento das equipes, e nos finais de semana acontecem os jogos, então o lazer também pode estar associado a assistir as partidas da equipe da cidade.(E3)

O teatro Armando de Ré fica localizado no Centro da Cidade:

é um teatro antigo, dos anos 70 que foi completamente reformado, não só na sua estrutura de atendimento ao público, mas na estrutura de atendimento aos artistas, então nós temos uma caixa cênica, o palco foi totalmente remodelado, então todos os equipamentos necessários para a montagem de um espetáculo profissional estão presentes agora. Nós temos facilidade de acesso como elevador para cadeirantes, etc. (E2)

Os espetáculos que ocorrem nesse teatro, ou em qualquer outro estabelecimento público "cultural", são divulgados mensalmente através da “Agenda Cultural”²⁴; e, segundo essas agendas culturais, “todos os eventos e atividades promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura são gratuitos.” (AGENDA CULTURAL de julho)

O Parque Maria Helena, foi um equipamento reivindicado através do OP,

acontecem atividades pontuais como [...] o Festival da Viola, da Música Sertaneja, Festival da Música Sertaneja, e é uma parceria de associação dos moradores local, então a prefeitura em associação com eles organiza esse evento, então é muito interessante, porque estimula no próprio bairro, a associação em movimento à cultura. (E2)

Os centros Culturais são equipamentos descentralizados, existentes em vários bairros, como o Boa Vista, Colorado, Palmeiras. Neles

existem exposições, etc. Áreas para cursos de formação, dança música, exposições (...), (E2);Nos bairros nós temos o Centro Cultural Colorado que engloba várias atividades diferentes, cursos, música, teatro, dança, pintura, escultura etc, com cursos também de formação, exposição, etc. Mesma coisa em Palmeiras, nós temos o Centro Cultural Palmeiras, e no Boa Vista, o Centro Cultural Boa Vista. Então é um conjunto voltado para a Cultura. (E2)

Nesses espaços, a maioria das atividades se dá em forma de cursos e exposições e, segundo os gestores, foram reivindicados pelos moradores das comunidades, através do

²⁴Folhetins distribuídos nos espaços públicos, como a biblioteca, prefeitura, alguns estabelecimentos privados e públicos. Essas informações também são encontradas no endereço eletrônico da prefeitura.

Orçamento Participativo (OP).

o mecanismo da população é normalmente colocado a partir da OP, orçamento participativo. Aqui nesse governo é primeira vez que a população participa onde quer investir, em que quer investir, o percentual da arrecadação dada pelo governo. Então muitas vezes pede-se centro de atendimento psicossocial, que é o CAPES, pedem creches, pedem unidade básica de saúde, as vezes áreas de lazer (E2) ... agente não fez assim uma pesquisa muito científica, técnica, mas agente sabe a carência da população, então agente sabe que o distrito de Palmeiras é um distrito grande, o Distrito de Boa Vista é um distrito grande, quer dizer a cidade é grande, tem 200Km² aproximadamente, então agente já sabia que tanto Palmeiras como Boa Vista haveria uma necessidade, ainda no lado do Colorado, também, por coincidência é um orçamento participativo, definiu como prioridade. (E1)

A gestão analisada é conduzida pela Frente Popular, que prioriza a ampliação da participação popular. Consta em suas propostas o caráter descentralizador do poder, na forma de co-gestão,

estabelecendo um modelo híbrido de democracia, congregando a democracia representativa com a democracia participativa. Tais gestões, com uma devida releitura dos conceitos de Estado e sociedade civil, buscaram instituir esferas públicas democráticas, criando instituições políticas que passaram a promover a participação ativa da população na definição dos rumos da cidade e das políticas públicas, sobretudo de cunho social.(AMARAL, 2003, p. 18)

O OP, segundo o discurso oficial, busca “recuperar a participação das comunidades nas discussões dos destinos da cidade e das verbas públicas” (AMARAL, 2003, p. 20). Segundo o capítulo de Gutterres e Rodrigues apud Marcellino (1996), esse mecanismo procura, na representação das comunidades e bairros, a participação da população nos interesses e prioridades em comum, indicando um caráter democrático e “instalando um controle social na esfera pública”.(GUTTERRES & RODRIGUES apud MARCELLINO, 1996, p. 73).

Segundo o PDPM, Título 1, Art. 2º, parágrafo XVII, das diretrizes gerais e dos princípios da política urbana, esse documento tem por finalidade definir metas e ações estratégicas

Garantia da gestão democrática da cidade, assegurada pelo Sistema de Informações Municipais, pela participação popular e de entidades representativas dos vários segmentos da comunidade e pela utilização, dentre outros instrumentos, de conselhos municipais, debates, audiências e consultas públicas. (PDPM, 2007)

Assim, o OP permite que a população interaja junto ao poder público nas

tomadas de decisão, a partir de um representante (do bairro ou comunidade), que formula as aspirações cidadãs e de interesses coletivos, coordenados pelo poder executivo municipal. Portanto, é considerado um sistema democrático de discussão que propõe prioridades nas decisões das organizações políticas da população. E ainda, o OP é definido a partir do percentual do Orçamento Municipal, que

é resultado da projeção de arrecadação do município através de impostos, empréstimos e repasses a Fundos, menos a previsão de gastos com despesas com pessoal, manutenção e conservação de equipamentos, encargos, aquisição de materiais permanentes. (GUTTERRES & RODRIGUES apud MARCELLINO, p. 73, 1996)

[tal reivindicação] o projeto que é montado pela política urbana, mas acompanhado pelo secretário de [tal secretaria], lógico que ele segue as linhas da caixa econômica federal, onde o dinheiro é federal por emenda, ou se é estadual, não tem contrapartida, tem que aprovar também o projeto. Bom, todo projeto é mandado e depois aprovado, depois é liberado o dinheiro, além do pedido da Participação Popular. (E3)

Essa porcentagem é distribuída de acordo com as necessidades ou prioridades que o poder público e a população, através do voto, acham mais "urgentes", sem que isso deixe de atender a cidade como um todo. Em vista disso, a população participa da administração pública, mesmo que indiretamente, manifestando sua opinião nos debates políticos e sociais que envolvem a cidade.

O OP adota a democracia participativa, dialogando a sociedade civil com o poder público (AMARAL, 2003, p. 52) que descentraliza o poder permitindo a decisão das verbas públicas em conexão com as necessidades da população.

Um problema que Meily Linhares (1999) coloca, na participação dos sujeitos nessa política, é o enfoque que se dá "a pobreza como um registro de inferioridade, carência e desproteção, potencialmente dependentes da proteção estatal ou filantrópica" (LINHARES, 1999, p.24). A população e também os poderes públicos, ao atuar politicamente nos problemas e reivindicações colocados no OP, priorizam os casos "mais urgentes", ou seja, em muitas vezes, para essa parcela da população mais necessitada (pobres, carentes). Assim, se a população de baixa renda sempre é prioridade o sistema não se torna democrático pelo fato, de que o orçamento deve servir toda a população. Desta forma o Estado demandaria verbas para os problemas "mais urgentes" atendendo essa parcela da população, e assim, estaria fomentando as desigualdades, deixando que a população que não foi favorecida, com o OP, continue se utilizando dos mesmos artifícios usados sem essa reivindicação, que na maioria das vezes, são

privados. Porém, não podemos negar que o OP, de fato, propõem uma democracia participativa, educando a sociedade civil para que participem das esferas políticas e possibilitando diálogo entre ambos.

Em vista disso, ao analisar os dois documentos citados neste estudo, encontramos uma contradição entre a participação dos cidadãos, que tem sido feito por meio do OP, as diretrizes que delineiam as políticas sociais, em alguns trechos dos documentos e as falas dos gestores.

No PDPM, art. 105 da Seção III do mesmo Capítulo II, são objetivos da política municipal de Esportes e Lazer:

I- conscientizar a população dos benefícios e da diversidade das modalidades esportivas e atividades físicas;

II- valorizar as equipes esportivas por meio de incentivos e programas específicos;

III- promover a educação integral da criança e do adolescente através da prática de esportes;

IV- disseminar as práticas esportivas e o lazer como direitos de todos, promovendo a integração social;

V- implantação de parques municipais ou áreas de lazer regionalizadas, com previsão de espaços próprios para a prática de modalidades esportivas;

VI- promover o Conselho Municipal de Desporto- CMD de forma integrada com a efetiva participação popular e o poder público;

VII- estimular o fortalecimento de entidades desportivas privadas com a característica de associações, onde a prática de esportes seja acessível a todos;

VIII- promover o intercâmbio das modalidades esportivas locais, com representações em competições em âmbito regional, estadual, nacional e internacional;

IX- articular ações governamentais e parcerias privadas para apoio ao esporte local;

X- promover a utilização dos equipamentos de cultura, esportes e lazer como difusores de melhoria do espaço urbano, a partir da requalificação do espaço público e de seus componentes do seu entorno, tais como passeios públicos, iluminação e mobiliário urbano.

E ainda, no Capítulo III da LOMS, dedica a Seção II e III para discutir a

Cultura, o Esporte e o Lazer no Município, devendo garantir esses direitos à população, propondo a

criação, manutenção e abertura de espaços públicos devidamente equipados e capazes de garantir a produção, divulgação e apresentação das manifestações culturais e artísticas; reserva de espaços verdes ou livres, em forma de quadras, campos, parques, bosques, jardins e assemelhados como base física de recreação urbana; construção de equipamentos de parques infantis, centro de juventude e edifício de convivência comunal; aproveitamento e adaptações de rios, vales, colinas, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais, como local de passeio e distração.

E no Artigo 199, seção III da LOMS:

Os serviços Municipais de Esporte e Recreação articular-se-ão entre si, e com as atividades culturais do município, visando à implantação e o desenvolvimento do lazer e do turismo como forma de integração social.

Visto isso, a integração social da população é priorizada. Segundo o documento, o desenvolvimento urbano deve ocorrer de forma setorializada, a fim de dialogar as diversas secretarias de modo a assegurar aos habitantes o desenvolvimento das funções sociais, a garantia de bem estar e a preservação do ambiente urbano e cultural. Porém, o documento, que norteia as diretrizes que delineiam as políticas sociais, evidencia, em alguns trechos, a compensação das mazelas sociais, em áreas consideradas menos nobres, relegando ao lazer um papel funcionalista ou transferindo a responsabilidade desta manifestação para que o sujeito a compre na iniciativa privada.

Há também, na fala dos gestores, várias contradições tanto com a idéia de uma democracia participativa quanto com algumas diretrizes constantes nos documentos analisados, isso veremos no capítulo seguinte.

5 A Concepção de lazer dos gestores

Além da análise documental para o entendimento do lazer na Cidade de Suzano, foram realizadas uma entrevista sobre o tema com três gestores da Cidade envolvidos com políticas públicas de lazer. O entrevistado E1 me recebeu muito bem, pois já o conhecia de datas anteriores. Ele tinha sido um de meus professores na época de colégio e possui formação acadêmica. Segundo E1, ele frequenta os equipamentos de lazer da Cidade, como exposições e teatro, por exemplo. O entrevistado E2, possui formação acadêmica, e no dia da entrevista estava com uma inflamação no olho esquerdo, porém mesmo assim me atendeu bem, respondendo as perguntas das entrevistas. E2 também participa e utiliza os equipamentos públicos da cidade, “Eu vou a todos eles, e não vou como funcionário, vou como cidadão.” (E2) Parecia estar um pouco apreensivo, talvez por ter consciência da importância de uma pesquisa e por sua fala estar sendo gravada e registrada. Com o gestor E3, por estar viajando constantemente, foi mais complicado realizar a entrevista, porém quando a realizei fui muito bem recebida em sua sala. Este também participa das atividades envolvendo o lazer de Suzano.

Ao buscar detectar a concepção de lazer dos gestores, percebemos nas falas analisadas diversas vertentes de como o lazer é entendido. Para cada gestor podemos perceber um tipo concepção. O lazer como entretenimento, o lazer funcionalista e o lazer compensatório.

Assim, temos na primeira fala a concepção do gestor E1:

Quando agente fala só lazer é uma coisa, quando você fala lazer e cultura, eu pra mim lazer é puro entretenimento. Agora quando se fala de cultura, eu acho que é uma outra coisa, são coisas bem distintas, eu acho inclusive que há uma confusão muito grande, que muitos cometem, que é tratar cultura como evento, cultura não é evento, eu acho que evento é entretenimento e é lazer, mas a cultura é algo imaterial que você absorva, que serve como referência à sua vida como transformação da sociedade, como toda mudança de pensamento, agregando valores, então a cultura tem papel fundamental na vida das pessoas, e ela está dentro em todas as outras secretarias, ela está dentro da saúde, da segurança pública, ela está dentro da educação, e é importante ter um olhar para a cultura, e a cultura resgata valores, ela indica caminhos, ela traz conceitos, ela traz qualidade de vida, uma série de coisas que o lazer está incluído um pouco, mas ... E os equipamentos citados anteriormente, a partir do momento em que você vai ver um show, um teatro, você está trazendo um pouco do entretenimento, então está trazendo o lazer (...)(E1)

Para esse entrevistado o lazer é sinônimo de entretenimento que segundo Trigo (2003) etimologicamente do latim significa: inter: *entre* + *tenere*: ter, que do inglês evoluiu para o significado daquilo:

que diverte com distração ou recreação. [Segundo o dicionário Aurélio,] o verbo entreter tem o sentido de 'deter, fazer demorar ou esperar com promessas ou conversas vãs, etc., para desviar a atenção; para distrair'. Dos dez sentidos apontados pelo dicionário, a maioria deles tangencia o campo de 'iludir, enganar'. (TRIGO, 2003, p. 32)

O entrevistado, ao dizer que o "lazer é puro entretenimento", faz com que o termo seja interpretado pejorativamente e totalmente desconectado da noção de cultura. Assim, a concepção desse gestor remete à uma visão marginalizada do lazer, como algo que não é fundamental para os poderes públicos fomentar à sociedade. Ao atribuir essas qualidades, o entrevistado liga o lazer ao consumo. Esse tipo de concepção condiz com a política liberal ou neoliberal, pois o cidadão, neste caso, é tratado como um consumidor das empresas de entretenimento.

Ainda na concepção desse gestor, pode-se pensar no lazer como uma manifestação que não educa, pois como o lazer é visto separado da cultura, e a cultura "resgata valores, ela indica caminhos, ela traz conceitos, ela traz qualidade de vida, uma série de coisas" (E1), parece que o lazer não traz significados ao contexto social e humano. Trata-se, ao meu ver, do lazer comparado à política "Panis et circensis", na qual objetivava o "puro entretenimento" para a população. Os cidadãos estariam inabilitados da participação pública e do reconhecimento de problemas políticos.

Na outra concepção, o gestor E2, configura o lazer a partir da existência de:

(...) um grupo de pensadores que diz que a sociedade moderna contemporânea deveria contar no futuro, com outro estilo de vida, baseada mais no ócio do que no trabalho, porque isso implicaria numa qualidade de vida das pessoas extremamente melhor. Esse ócio, na verdade, não é fazer nada, é um ócio criativo, quer dizer, as pessoas não estariam dentro de seu trabalho, mas estariam em atividade, mas com outros objetivos que seriam o enriquecimento pessoal, enriquecimento cultural e a melhora da qualidade de vida no sentido também físico, as relações pessoais, etc. (E2)

Quando o entrevistado usa o termo "ócio criativo" e "sociedade moderna contemporânea", nitidamente observamos os referenciais de Domenico de Masi. De Masi (2003, apud MARCELLINO) é sociólogo do trabalho, italiano, e estuda a sociedade pós-industrial

refletida pela “redução do tempo de trabalho e a necessidade de reeducação para a libertação do trabalho e para o ócio criativo, com base na crença do progresso tecnológico como libertador do ser humano.” (MARCELLINO, 2003). Assim, no cotidiano da “sociedade pós-industrial”, o lazer é apresentado “como um dos setores econômicos dominante, nas relações com o tempo/espaço (...) em contraposição ao tempo de trabalho.” (MARCELLINO, 2003). Esse tipo de lazer é considerado funcionalista, pois ao trabalhar a sociedade pós-industrial como vantajoso para a educação de massa, o acesso às informações e libertador do trabalho, idealiza uma concepção sem discutir a acessibilidade da mesma à todos. Isso indica que o ócio criativo regenera a mente, renovando a condição humana das tensões provocadas pelo mundo pós-industrial. O ócio-criativo, segundo a interpretação de Marcellino (2003), seria apenas para uma parcela específica de trabalhadores, para aqueles que podem desempenhar tarefas flexíveis, intelectuais e criativas junto ao trabalho. Marcellino (2003) ainda diz que De Masi (2003, apud Marcellino) não apresenta condições materiais para a mudança de valores que o próprio autor propõe em seus trabalhos, como a "luta pela liberdade" e a "substituição da sociedade industrial consumista para uma sociedade pós-industrial criativa" (MARCELLINO, 2003), por exemplo.

A concepção deste gestor é entendida na perspectiva burguesa (MUNNÉ, 1980). Os teóricos burgueses, segundo Munné (1980), estudam "una relación especial entre el individuo y su actividad" (MUNNÉ, 1980, p. 16) num tempo oposto ao do trabalho, dentro de uma sociedade urbano-industrial. Dentro dessa visão pode-se dizer que é uma política sob o molde liberal.

O gestor E3 define o lazer como

uma coisa essencial na vida de qualquer pessoa, pela questão do trabalho intenso que ela vive durante a semana, então o lazer para a criança, o lazer para a terceira idade, (...) para os aposentados, para o pessoal que já contribuiu muito para o Brasil, (...) um esporte, mas pra eles um lazer, (...) não o idoso que tenha problemas de saúde, mas aquele idoso que tem ainda energia para gastar, para eles se encontrarem o tempo inteiro, a interação é importante para fazer, então o lazer é essencial na vida de qualquer pessoa da criança à terceira idade. (E3)

Nessa fala podemos identificar o lazer como compensatório às forças de trabalho. Luis Octávio de Camargo (1998), diz ser o lazer, produto do trabalho, configurada pela redução da jornada de trabalho, reivindicada pelos movimentos trabalhistas. Diz o autor que os trabalhadores possuem necessidades lúdicas, e precisam de um espaço para a satisfação dessas

necessidades. (CAMARGO, 1998) Com isso, podemos relacionar, a fala do Gestor 3, com os referenciais de Dumazedier (1998, apud CAMARGO), que falam do lazer como práticas recreativas "não apenas com o desenvolvimento e educação, mas também em relação ao urbanismo" (CAMARGO, 1998, p. 31) que contribuem para o desenvolvimento econômico do país, através do entretenimento.

Segundo o estudo de Amaral (2003), sobre as atividades de recreação pública em Porto Alegre, a autora diz que a implementação de jardins recreios, na segunda década do século XX, tinha

o intuito de proporcionar medidas de prevenção à delinquência juvenil, além de ocupação saudável para as crianças. Para a terceira idade oferecia um espaço de recuperação de energias e dispunha aos trabalhadores atividades que lhes promovessem uma convivência harmônica. (AMARAL, 2003, p.6)

Essa interpretação da autora, que segundo o estudo era da segunda década do século XX, ainda é presenciada nas formas de governo da atualidade.

Portanto, analisada as concepções, identificamos a materialização do lazer na Cidade de Suzano, muitas vezes, como um lazer funcionalista, compensatório e com bem de consumo. Comprovamos isso na fala dos gestores.

6 Conclusões

Este trabalho procurou identificar a materialização do lazer na Cidade de Suzano através da concepção dos gestores. Os gestores analisados materializam os projetos de acordo com a sua concepção de lazer, dentro da política urbana da cidade. De fato, não há um significado homogêneo do termo lazer, identificamos isso durante a história humana no decorrer das transformações sociais, além de suas falas dos gestores.

Desta forma, tomando estas considerações advindas da análise deste estudo e dialogando com a contribuição de alguns teóricos brasileiros que discutem o lazer, é possível pensar que hoje existem diferentes concepções de lazer, que muitas vezes, podem estar presentes numa mesma gestão. Existem aquelas concepções de base burguesa que configuram o lazer funcionalista, compensatório, idealista e de consumo, como também a concepção crítica que entende o lazer como um “tempo liberador para a liberdade” (MUNNÉ, 1980), portanto, onde práticas emancipatórias devem acontecer.

Identificamos a materialização de alguns espaços destinados ao lazer através de reivindicações da população, no caso as afastadas do centro da Cidade, como alguns centros culturais, uma área de lazer no Parque Maria Helena, e entendemos que estas iniciativas se não configuram emancipação ao menos denotam avanço e conquista.

Embora haja canais de participação, como o Orçamento Participativo, não há evidências que o lazer seja entendido como direito social, ao menos no que fica evidenciado na concepção de lazer dos gestores públicos e nos documentos analisados. Assim, é interessante perceber a contradição nas entrevistas e nos documentos, quando os gestores conceituam o lazer como neo-funcionalista e os documentos os dizem como um direito social. Como também, o mecanismo de participação da população, nos documentos, e as diretrizes que delineiam essas políticas sociais.

Percebemos que as propostas municipais que constam nos documentos, PDPM e LOMS, permitem uma política participativa, objetivando os direitos cidadãos, além do desenvolvimento municipal. Portanto, a participação cidadã da população Suzanense a princípio começa a tomar rumos mais conscientes, com a implementação do OP, possibilitando um diálogo entre os poderes públicos e a população. A democratização e a gestão participativa, por sua vez,

podem contribuir para a modificação do quadro de privatizações dos espaços públicos, fazendo com que a população se sinta co-responsável pela manutenção desses espaços. Ainda é necessário não só discutir essas políticas públicas, mas também tornar a sociedade consciente da existência dessas políticas e incentivar sua interação e atuação nesse processo.

E assim, ao apresentar a estrutura da política pública de lazer em Suzano percebemos que as políticas sociais, de certa forma, acabam por adaptar-se e apropriar-se das formas hegemônicas das políticas neoliberais. Porém contraditoriamente se constroem lógicas emancipatórias em Suzano como descentralização da cultura e do lazer, incentivo a participação popular, tentativas (embora discordemos delas) de reflexão teórica sobre o lazer pelos gestores da cidade, aumento dos espaços públicos para o lazer.

Certamente entre avanços, contradições e sínteses é possível pensar que em Suzano há uma tentativa de estabelecer o lazer como direito social.

Referências

AMARAL, S. C. F. **Verbetes Políticas públicas**, in GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Altântica, 2004. (pp. 181-185)

AMARAL, S. C. F. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre**. Campinas: tese de doutorado defendida na Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BOITO Jr., A. **Hegemonia Neoliberal e sindicalismo no Brasil**. In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Xamã, 1996, n.3, p. 80-105.

CAMARGO, L. O. L. **Lazer: concepções e significados**. Belo Horizonte: Licere, 1998. Vol. 1, n. 1, p. 28-36.

CANIVEZ, P. **Educar o Cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

CASTELLANI, L. F. **Gestão Pública e política de Lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007.

CONDORCET; tradução de MOURA, C. A. R. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito Humano**. Campinas: editora Unicamp, 1993.

CRESPIGNY, A. e CRONIN, J. **Ideologias políticas**. Tradução de Duarte, S. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

Filme-**Danton: o processo da revolução**. Diretor: Andrzej Wajda. FRA/Polônia: Pole Vídeo, 1982.

FALEIROS, V. P. **O que é política Social**. 3ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1988.

GELPI, E. **Lazer e Educação permanente: tempos, espaços, políticas e atividades de educação permanente e do lazer**. Série Lazer. São Paulo: Biblioteca Científica SESC, 1983.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acessado dia 10 de agosto de 2008.

LALANDE, A. **Vocabulo técnico e crítico da filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- LINHARES, M. A. Lazer, Cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da possibilidade da liberdade e da ação política. Belo Horizonte: Licere, 1999. v.2, n.1, p. 19-30.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCASSA, L. **As faces do lazer: categorias necessárias à sua compreensão**. Santo André: CD-Rom XV ENAREL, 2003.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e Trabalho no Cotidiano da Sociedade Pós-Industrial, a partir da obra de Domenico De Mais, publicada no Brasil**. Santo André: CD-Rom XV ENAREL, 2003.
- MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas setoriais: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores associados, 1996.
- MENEZES, V. **Políticas Públicas: para esporte/lazer**. Recife: Bagaço, 2002.
- MUNNÉ, F. **Psicosociologia del tiempo libre: un enfoque critico**. México: Trilhas, 1980.
- O ESTADO DE S. PAULO. **Muito longe da lógica democrática**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 11 de setembro de 2008, espaço aberto, p. A2.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.
- PADILHA, V. **Dialética do Lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.
- RODRIGUES, E. H. C.; BRAMANTE, A. C. **O espaço na construção de uma política de lazer: estudando Sorocaba/SP**. Campinas: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 2003. Vol. 24, n. 3, p. 23- 37.
- SCHAFF, A. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SILVA, D. R. da. **Democracia e Direitos Políticos**. Campinas: Editor- Autor, 2005.
- SUZANO, **Lei Orgânica Municipal de Suzano**. Disponível em. <http://ceaam.net/szn/legislacao/>
- SUZANO, **Plano Diretor Participativo Municipal**. Disponível em <http://www.camarasuzano.sp.gov.br/downloads/plano_diretor/plano_diretor_2007.pdf>.
- TRIGO, L. G. G., **Entretenimento: uma crítica aberta**. São Paulo: Senac, 2003
- VEBLEN, T. **Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Abril cultura, 1983.

ANEXOS

ANEXO 1: Carta de Apresentação.

Campinas, ___ de _____ de 2008.

Excelentíssimo Senhor Secretário de _____ do município de _____,

Tenho a honra de encaminhar esse documento a fim de que o senhor possa permitir a minha investigação sobre os espaços e equipamentos de lazer do município de _____. Preciso obter informações a respeito do panorama esportivo, cultural e local desses equipamentos. Estas informações são para a pesquisa que desenvolvo como Monografia, necessária para a minha formação no Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas.

Tomo a liberdade de pedir, a Vossa excelência, a compreensão e o auxílio (participação) para que possamos obter benefícios com os dados coletados nas entrevistas e observações, e que essas possam adiante servir como fonte de pesquisas e de base para elaboração de novos projetos para a cidade, a bem de seus habitantes. Necessito de dados estruturais da cidade. Também gostaria de entrevistá-lo sobre a temática deste estudo.

Portanto, a participação de Vossa senhoria é fundamental para o avanço dessa pesquisa no âmbito do esporte, lazer e recreação tão significativa, tanto para os seus usuários quanto para seus gestores e organizadores desses espaços.

Esse trabalho de Pesquisa será realizado pelo graduando _____, aluno regularmente matriculado na Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do professor _____, docente desta Universidade.

Na expectativa do atendimento do que acaba de ser solicitado, apresento a vossa senhoria minha atenciosa saudação.

Desde já agradeço no aguardo das disposições.

Respeitosamente

R.G.: _____

ANEXO B: Roteiro de Entrevista.

- 1-) Quais são os equipamentos de lazer da Cidade de Suzano?
- 2-) Quais os equipamentos foram construídos em sua gestão? Por que foram construídos?
- 3-) São feitas pesquisas/ estudos/ planejamentos antes da elaboração e construção desses equipamentos? Se sim, quais mecanismos de participação da população são utilizados?
- 4-) Há parcerias com outras secretarias? Quais?
- 5-) Como você planeja ações nesses equipamentos para uma melhoria de vida?
- 6-) Você como gestor e administrador utiliza esses equipamentos? Quais e Por quê?
- 7-) Há incentivos pela população para o usufruto/ utilização desses espaços? Se sim como você acha que chegaram essas informações para elas?
- 8-) Qual o seu entendimento sobre o lazer?